

O GOVERNO DO BRASIL DO LADO DAS **MULHERES** **BRASILEIRAS**



Vem conhecer as

PRINCIPAIS AÇÕES DO

**MINISTÉRIO DAS
MULHERES**

MINISTÉRIO DAS
MULHERES



LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Presidente da República

GERALDO ALCKMIN

Vice-Presidente da República

MÁRCIA HELENA CARVALHO LOPES

Ministra de Estado das Mulheres

EUTÁLIA BARBOSA RODRIGUES NAVES

Secretária-Executiva

SANDRA KENNEDY VIANA

Secretária Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política

ESTELA BEZERRA DE SOUZA

Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres

ROSANE DA SILVA

Secretária Nacional de Autonomia Econômica

RAIMUNDA HELENA NAHUM GOMES

Chefe de Gabinete

JANARA KALLINE LEAL LOPES DE SOUSA

Chefe da Assessoria Especial de Comunicação

FICHA TÉCNICA

Texto

Eliane Aparecida de Almeida Barros

Luiza Beloti Abi Saab

Projeto Gráfico e diagramação

Bruna de Jesus Nascimento

Eliane Aparecida de Almeida Barros

Giulia Blainner Souza Silva

Setembro / 2025

MULHERES
SOBERANAS

SUMÁRIO

- 04** PALAVRA DA MINISTRA
- 05** IMPACTOS DAS AÇÕES DO GOVERNO DO BRASIL PARA VOCÊ MULHER
- 06** AUTONOMIA ECONÔMICA, CUIDADO E IGUALDADE NO MUNDO DO TRABALHO
- 12** PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES
- 19** PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
- 25** PARTICIPAÇÃO SOCIAL
- 30** OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO - OBIG
- 31** PROTAGONISMO NA AGENDA INTERNACIONAL
- 32** MAIS DIREITOS PARA AS MULHERES



PALAVRA DA MINISTRA

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva recoloca no centro da agenda nacional a formulação e a implementação de políticas públicas para a garantia dos direitos das mulheres, em diálogo com a sociedade civil e com o protagonismo dos movimentos de mulheres. Essa retomada traduz o esforço de superar a descontinuidade de políticas públicas que o país viveu no último período e que resultaram na precarização do trabalho, no aumento da pobreza, da violência e no retorno ao mapa da fome. Quando a democracia é fragilizada, as mulheres são as primeiras atingidas. Por isso, hoje, mais do que reconstruir, é tempo de afirmar que um país soberano é aquele que coloca as mulheres como protagonistas, e não como coadjuvantes, da política.

A criação do Ministério das Mulheres, instituído pela Lei nº 14.600/2023, marca um momento histórico de ampliação da capacidade institucional para a formulação, coordenação e execução de políticas públicas transversais voltadas à garantia de direitos, com articulação intersetorial e interfederativa, priorizando a participação social.

As mulheres são a maioria da população brasileira: mais de 110 milhões, espalhadas por todo o território nacional e vivendo em toda a sua diversidade. Somos negras, quilombolas, ribeirinhas, ciganas, indígenas, em situação de rua, idosas, com deficiência, migrantes, mulheres LBTs, do campo, das águas, das florestas, entre tantas outras. Cada uma com suas diferenças, histórias e pluralidades, mas unidas pelo direito à dignidade e ao bem-viver.

O Brasil tem avançado na construção de marcos normativos e de políticas que asseguram o enfrentamento à violência, a autonomia econômica e a participação política e social das mulheres.

Após quase dez anos, o Ministério das Mulheres, em conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, realiza a 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, um espaço histórico e emblemático que reafirma a defesa da democracia, da soberania e dos direitos das mulheres, e que orientará a atualização do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

As políticas, programas e ações apresentadas nesta revista, articuladas com as áreas da assistência social, saúde, educação, cultura, previdência, trabalho, segurança alimentar e nutricional e tantas outras, são frutos do compromisso do governo do Brasil e da luta dos movimentos sociais e das mulheres.

Seguiremos avançando com mais democracia, mais igualdade e mais conquistas para todas, conscientes de nossos direitos, de nossa soberania e determinadas a construir um futuro mais justo, solidário e feliz.

Grande abraço,

Márcia Lopes

Ministra de Estado das Mulheres

IMPACTOS DAS AÇÕES DO GOVERNO DO BRASIL para você **MULHER!**



1,11 MILHÃO
de
MAMOGRAFIAS



2,84 MILHÕES
de
**EXAMES DE
COLO DE ÚTERO**



19,6 MILHÕES

de famílias no



83,9%
chefiadas por
mulheres.

170 MIL

novos bolsistas do



65%
mulheres.

2,27 MILHÕES

de gestantes
fizeram consulta

PRÉ-NATAL NO SUS

5,3 MILHÕES

de famílias no



90%
chefiadas por
mulheres.

43 MIL

novos contratos do



69%
chefiadas por
mulheres.

11 CASAS



CASA DA MULHER BRASILEIRA
ativas + 31 em obras.

17,8 MILHÕES

atendidos na



63%
mulheres.

26,4 MIL

médicos do



54%
mulheres.

Investimento:
R\$117,5 MILHÕES

em 2024 para
enfrentamento à violência
contra a mulher!

134 MIL

pessoas no



68%
mulheres.

4,79 MILHÕES

de renegociações no



54%
mulheres.



mais de **498 MIL**
atendimentos e 85 mil
denúncias encaminhadas
até julho de 2025.

63 MIL

famílias beneficiadas no



64%
mulheres.

13 CENTROS



ativos + 12 em obras.

Fonte: Relatório COMUNICABR – Ações Federais (2 de setembro de 2025), Ministérios da Saúde (MS), Desenvolvimento e Assistência Social (MDS), Mulheres (MM), Fazenda (MF), Justiça e Segurança Pública (MJSP), Meio Ambiente (MMA).

AUTONOMIA ECONÔMICA, CUIDADO E IGUALDADE NO MUNDO DO TRABALHO



Desde 2023, o trabalho do Ministério das Mulheres foi marcado por uma série de avanços rumo à igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho.

Em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, lançamos os três primeiros Relatórios de Transparência Salarial, uma inovação no país instituída pela Lei da Igualdade Salarial (Lei nº 14.611/2023).

A Política Nacional de Cuidados virou a Lei 15.069/2024, garantindo mais um passo rumo à igualdade de direitos, após a atuação integrada do Grupo de Trabalho Interministerial sobre o tema, envolvendo entes da federação, acadêmicos, sindicatos, associações e movimentos sociais.

Avançamos ainda na 7ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que teve a adesão de mais de 100 empresas.

CONFIRA!

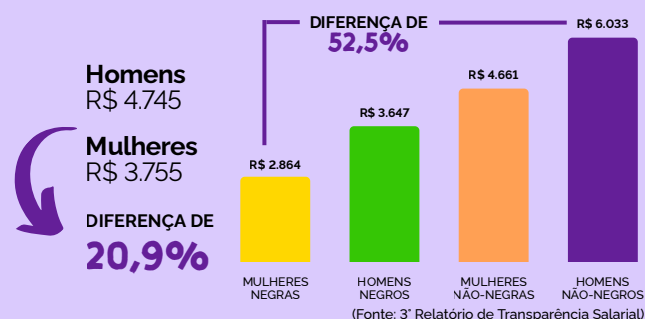
IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS NO TRABALHO

Um compromisso que interessa a toda a sociedade

Em 2023, o Brasil deu um passo histórico: em tempo recorde, aprovamos a **Lei de Igualdade Salarial entre Mulheres e Homens (Lei nº 14.611/2023)**, sancionada pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. A nova lei é fundamental porque estabelece medidas efetivas para eliminar barreiras estruturais que dificultam o ingresso, a permanência e a progressão das mulheres no mercado de trabalho. Sua implementação plena engloba várias frentes de atuação, além do relatório de transparência. Um trabalho que depende de um esforço contínuo e coletivo de empresas, setor público e sociedade.

RELATÓRIO DE TRANSPARÊNCIA SALARIAL E DE CRITÉRIOS REMUNERATÓRIOS

Desigualdades no trabalho persistem, mas há avanços fundamentais

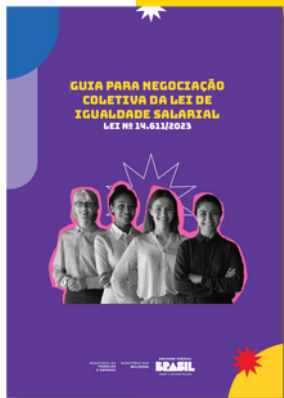


Três relatórios já foram divulgados trazendo, pela primeira vez no Brasil, de forma ampliada, a realidade remuneratória das(os) trabalhadoras(es) de mais de 50 mil empresas com 100 ou mais empregados, bem como a existência (ou não) de políticas de incentivo à contratação e promoção na perspectiva de gênero e diversidade. De acordo com o 3º Relatório divulgado em abril deste ano:

- A transparência cresceu. Aumentou o número de empresas em que é possível calcular as diferenças salariais entre mulheres e homens, inclusive em cargos de diretoria e gerência;
- Cresceu o número de empresas em que a **diferença é de até 5% nos salários médios e medianos** para mulheres e homens;
- Trabalhadoras de serviços administrativos recebem 79,8% dos salários dos homens, uma desigualdade menor do que a média;
- A participação de **mulheres negras** nas empresas com 100 ou mais funcionários (as) cresceu 18,2%, enquanto a média entre os homens foi de 4%; e
- 7,5% dos estabelecimentos têm políticas de contratação de **mulheres indígenas**.



Acesse os dados completos na Plataforma do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho - PDET: <http://pdet.mte.gov.br>.



GUIA PARA NEGOCIAÇÃO COLETIVA DA LEI DE IGUALDADE SALARIAL

A publicação traz reflexões acerca das discrepâncias que se manifestam no ambiente de trabalho, entre elas, a salarial. Também abarca o conteúdo dos Relatórios de Transparência Salarial e como os sindicatos e empregadores podem atuar para reduzir as desigualdades com planos de ação para diagnóstico, estratégia e monitoramento.

BAIXE AGORA
A PUBLICAÇÃO

Clique aqui ou
acesse o QR-Code



PLANO NACIONAL DE IGUALDADE SALARIAL E LABORAL:

Mais de 78 ações e R\$ 17 bilhões de previsão em investimentos

Coordenado pelos ministérios das Mulheres e do Trabalho e Emprego, a iniciativa é fruto de diálogo com representantes sindicais, patronais, instituições públicas e universidades, envolvendo ao todo 10 ministérios e o Gabinete Pessoal da Presidência da República, no âmbito do **Grupo de Trabalho Interministerial de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens** (Decreto nº 11.514/2023). Com previsão orçamentária de R\$ 17 bilhões distribuídos em quatro anos, o Plano contém inicialmente 78 ações divididas em três eixos: 1) Acesso e ampliação da participação das mulheres no mundo do trabalho; 2) Permanência das mulheres nas atividades laborais; 3) Ascensão e valorização profissional das mulheres no mundo do trabalho.

AVANÇAM AS MULHERES, AVANÇA O BRASIL

**MAIS DE 20% DE
CRESCIMENTO
NO PIB MUNDIAL**

Esse é um dos avanços que teremos se as mulheres tiverem as mesmas oportunidades que os homens no mercado de trabalho.

(Fonte: Banco Mundial)

**R\$ 382
BILHÕES**

Esse é montante que o Brasil poderia expandir sua economia se implementasse políticas moderadas de igualdade de gênero. O valor seria duplicado com igualdade plena!

(Fonte: Organização Internacional do Trabalho)

FAÇA PARTE DESSE MOVIMENTO FUNDAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA SOCIEDADE JUSTA E IGUALITÁRIA

Com adesões de empresas, instituições e organizações de diferentes setores, o **Movimento pela Igualdade no Trabalho** convoca a população brasileira a enfrentar o cenário das desigualdades no país e mobiliza para ações que promovam a mudança. Acesse a página gov.br/mulheres/igualdadenotrabalho e saiba como sua empresa ou entidade pode aderir à causa.



7ª EDIÇÃO PROGRAMA PRÓ-EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA:

Mais de 100 empresas aderiram à iniciativa que visa eliminar barreiras no acesso ao trabalho, na remuneração, ascensão profissional e permanência das mulheres no emprego



PROGRAMA

**PRÓ-EQUIDADE
DE GÊNERO E RAÇA**

A iniciativa estimula empresas públicas e privadas, com 100 ou mais funcionários, a adotarem políticas e práticas de equidade de gênero e raça na cultura organizacional, para eliminar barreiras no acesso ao trabalho, na remuneração, ascensão profissional e permanência das mulheres no emprego. Juntas, as 103 empresas que aderiram à 7ª edição movimentaram mais de R\$ 680 bilhões em 2023. Lançado em 2005, o Programa é uma iniciativa do Governo Federal, coordenado pelo Ministério das Mulheres em parceria com a ONU Mulheres, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Ministério da Igualdade Racial e Ministério do Trabalho e Emprego.



**EM 2022,
MULHERES
DEDICARAM 9,6
HORAS POR
SEMANA A MAIS
DO QUE OS
HOMENS AOS
AFAZERES
DOMÉSTICOS
OU AO
CUIDADO DE
PESSOAS.**

HISTÓRICO!

POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS VIRA LEI:

***Garantia de um direito e valorização
do trabalho de cuidado***

Em 2024, o Brasil instituiu a Política Nacional de Cuidados como um direito na legislação e o Ministério das Mulheres, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), foi um dos órgãos que participaram ativamente das articulações para que a política se tornasse realidade. A tramitação recorde da proposta encaminhada para o Congresso Nacional, em julho, foi transformada na Lei 15.069/2024 em dezembro.

O mote principal da política é garantir o direito ao cuidado para quem precisa e promover a valorização desse trabalho, bem como a corresponsabilidade entre Estado, família, setor privado e sociedade civil, reduzindo a sobrecarga das pessoas que cuidam, em sua maioria mulheres. A prioridade são crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e trabalhadoras(es) do cuidado, remuneradas(os) ou não.

ALGUMAS AÇÕES DO PLANO NACIONAL DE CUIDADOS:

LAVANDERIAS PÚBLICAS E COMUNITÁRIAS

Com o objetivo de ajudar a reduzir a sobrecarga de tarefas domésticas e de cuidados, além de equipamentos e insumos para lavagens, o espaço é direcionado a atividades formativas, especialmente nas temáticas de economia feminista e divisão sexual do trabalho. Dessa forma, as lavanderias incentivam o compartilhamento das responsabilidades de cuidado e trazem atividades tanto para quem cuida quanto para quem é cuidado, dando mais autonomia às mulheres!



A primeira lavanderia pública foi inaugurada em junho/2025 e já está em funcionamento em Caruaru-PE!

PRÓXIMAS LAVANDERIAS:

O Ministério das Mulheres também firmou parceria com o Governo do Piauí (2 lavanderias) e com a Prefeitura de Petrópolis/RJ (2 lavanderias) para a construção de outras unidades. Há ainda diálogos para firmar convênios com o Ceará e a Bahia!



Já são mais de 7 acordos firmados para a implementação de 10 Cuidotecas em Institutos Federais!

Muito além de brinquedotecas ou espaços kids, as Cuidotecas são espaços de acolhimento para as crianças enquanto seus responsáveis estuda, oferecendo cuidado qualificado, com equipe contratada e coordenação pedagógica, orientadas por um plano pedagógico que combina atividades lúdicas e educativas, alimentação saudável e estímulos ao desenvolvimento integral!

asas para o Futuro



Lançado em 2025, o programa já conta com a parceria de 10 Institutos Federais e busca ampliar a participação de jovens mulheres entre 15 e 29 anos, especialmente negras e indígenas, em setores estratégicos da economia — como tecnologia, energia, infraestrutura e ciência — por meio de qualificação profissional e formação sociopolítica. Com foco na inclusão produtiva, o programa promove parcerias com outros ministérios e institutos federais buscando contribuir para transformar a realidade de mulheres brasileiras e construir um futuro mais justo e inovador para o país!

MAIS POLÍTICAS PARA TRABALHADORAS DOMÉSTICAS



Parceria com a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC):

Programa de Qualificação Técnica e para a Cidadania das Trabalhadoras Domésticas (TDC) que visa fortalecer organizações representativas e efetivar direitos sociais e trabalhistas da categoria. Os módulos estão sendo aplicados a 150 trabalhadoras domésticas de 13 estados do país. Espera-se concluir a ação até março de 2026, quando já terão sido aplicados os dois últimos módulos regionais. O projeto prevê, ainda, a realização de um seminário e a publicação de relatório. Para o programa foram investidos R\$ 2.4 milhões, em 2024.

Mulheres Mil: Trabalho Doméstico e Cuidados

Em 2024, foram ofertadas 900 vagas para qualificação profissional de mulheres trabalhadoras domésticas nos Institutos Federais da Bahia, Pernambuco, Sergipe, Maranhão, São Paulo e Rio de Janeiro. O projeto é uma parceria de diferentes Ministérios com o Ministério da Educação e a Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas, sendo acompanhado pelos sindicatos locais.

Além disso, fruto do sucesso do projeto-piloto, o programa Mulheres Mil terá novas 10 mil vagas disponibilizadas para cursos de qualificação que integram a área de cuidados, a serem ofertados para mulheres em situação de vulnerabilidade social e econômica.

PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

As políticas e demais ações de prevenção à violência contra as mulheres avançaram desde 2023. Resgatamos o Programa Mulher Viver sem Violência, lançamos o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios e reestruturamos a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180. A Casa da Mulher Brasileira chegou a Salvador (BA), Teresina (PI), Ananindeua (PA) e Palmas (TO) e, com isso, já são 11 unidades em funcionamento pelo país.

CONFIRA!



FEMINICÍDIO ZERO



Lançada em 2024, a campanha tem mais de 120 empresas públicas e privadas, órgãos públicos, organizações e entidades da sociedade civil que firmaram o compromisso de desenvolver ações de educação e conscientização pelo fim de todas as formas de violência contra as mulheres.

Clubes de futebol estão entre os principais parceiros da mobilização nacional permanente lançada em agosto de 2024, mês em que a Lei Maria da Penha completou 18 anos. Isso porque há um aumento de 23,7% nos registros de ameaça contra mulheres nos dias em que um dos times da cidade joga, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

PARCERIA COM A CBF

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) também firmou parceria com o Ministério das Mulheres para garantir a segurança de meninas e mulheres em estádios, arenas e outros espaços em que estejam na condição de torcedoras, equipe técnica e atletas. Além disso, entre as ações conjuntas estão o incentivo à inserção e permanência das mulheres no esporte, desde as categorias de base, preparando o Brasil para a Copa do Mundo de Futebol Feminino que sedaremos em 2027.



CURSO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROTOCOLO NÃO É NÃO - MINISTÉRIO DAS MULHERES E UNB

Lançado em maio/2025, a formação está em consonância com a Lei 14.786/2023 e tem por objetivo capacitar trabalhadoras e trabalhadores de estabelecimentos de lazer com venda de bebida alcoólica como bares, restaurantes e casas noturnas com as diretrizes para a prevenção ao constrangimento à violência contra a mulher. Mais de 6 mil vagas foram disponibilizadas para trabalhadores destes estabelecimentos!

CASA DA MULHER BRASILEIRA

Proteção para as mulheres: mais de 430 mil atendimentos foram realizados ao longo de 2024

A Casa da Mulher Brasileira é um dos eixos do **Programa Mulher Viver sem Violência**, retomado pelo Ministério das Mulheres em março de 2023. O espaço de acolhimento às mulheres em situação de violência tem atendimento multidisciplinar e humanizado. Entre os serviços especializados estão: apoio psicossocial, delegacia e juizado especializados, Defensoria Pública, Promotoria de Justiça, Patrulha Maria da Penha, cuidado com as crianças, alojamento de passagem e central de transportes.



Desde 2023, Salvador (BA), Teresina (PI), Ananindeua (PA), e, mais recentemente, Palmas (TO) passaram a ter uma Casa da Mulher Brasileira. Elas se somaram às outras unidades em funcionamento: São Paulo (SP), Campo Grande (MS), Fortaleza (CE), São Luís (MA), Curitiba (PR), Boa Vista (RR) e Ceilândia (DF).

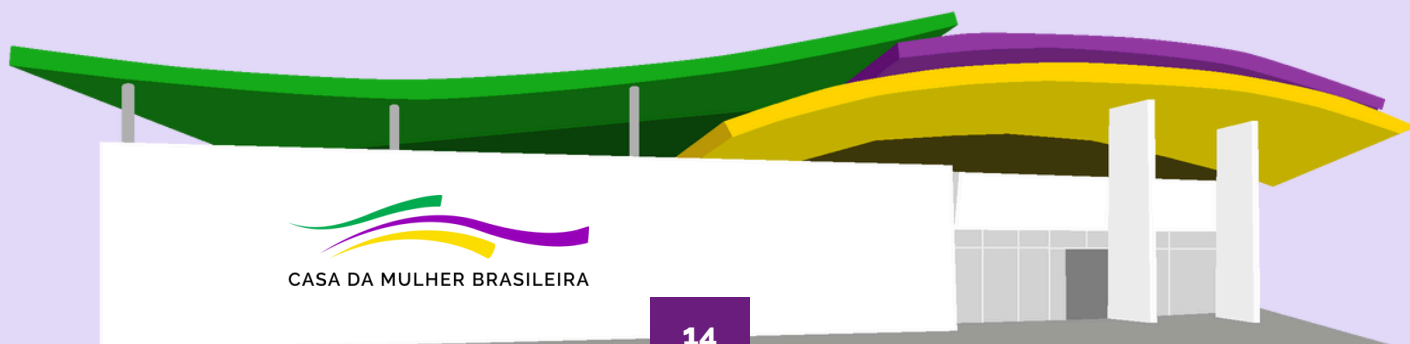
11 unidades em funcionamento

31 em implementação/obras

R\$ 311 milhões em investimentos desde 2023

PARCERIA ENTRE DATAPREV E MINISTÉRIO DAS MULHERES VAI PADRONIZAR PRODUÇÃO DE DADOS

Demanda histórica da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, o **Sistema UNA Casa da Mulher Brasileira** vai coletar e organizar, de maneira padronizada e estruturada, os dados referentes aos atendimentos realizados nos equipamentos em todo o país. A nova ferramenta também permitirá a geração de relatórios para tomadas de decisão, principalmente para a análise das demandas regionais, contribuindo para a implementação de ações mais eficientes e direcionadas. As unidades de **São Luís (MA), Teresina (PI), Campo Grande (MS), Palmas (TO) e Ananindeua (PA)** foram as primeiras a receberem capacitação para implantação do sistema, registrando mais de 50 mil atendimentos desde janeiro/2025.



CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER BRASILEIRA

13 unidades
inauguradas

17 em
implementação/obras

Mais de R\$ 26 milhões em investimentos desde 2023

A rede de atendimento a mulheres em situação de violência passou a contar com novos **Centros de Referência da Mulher Brasileira (CRMB)**. O equipamento foi inaugurado em **Cruzeiro do Sul/AC, Francisco Beltrão/PR, Cidade Ocidental/GO, Jataí/GO, Santo Antônio do Descoberto/GO, Mossoró/RN, Hortolândia/SP e Japeri/RJ, Epitaciolândia/AC** e, mais recentemente, em **4 unidades no DF: Recanto das Emas, Sol Nascente, São Sebastião e Sobradinho II**. Adaptados a municípios menores, os CRMB são espaços destinados a prestar acolhimento e atendimento humanizado às mulheres em situação de violência, proporcionando atendimento psicológico e social, orientação e encaminhamentos jurídicos necessários à superação da situação de violência, contribuindo para o fortalecimento da mulher.

MAIS INVESTIMENTOS

R\$ 4,1 milhões foram destinados para **17 Centros de Referência** localizados em **11 estados**, por meio de edital para aquisição de móveis e equipamentos.

**DE
OLHO
NA
OBRA**

Para acompanhar cada fase de implementação, bem como as cidades, os estados e valores investidos em cada unidade da Casa da Mulher Brasileira e dos Centros de Referência da Mulher Brasileira, o Ministério das Mulheres lançou, em novembro de 2024, o Painel de Monitoramento.

ACESSE EM:



gov.br/mulheres/casadamulherbrasileira

PACTO NACIONAL DE PREVENÇÃO AOS FEMINICÍDIOS

19 estados e Distrito Federal já aderiram à iniciativa

Instituído pelo Decreto nº 11.640/2023, o Pacto tem como objetivo prevenir todas as formas de discriminação, misoginia e violência de gênero contra mulheres e meninas. Em março de 2024 foi lançado o Plano de Ações com 73 medidas governamentais intersetoriais envolvendo mais de 10 órgãos do governo federal.

73 AÇÕES

nas áreas da saúde, educação, cultura, justiça e segurança

R\$ 2,5 BILHÕES

de previsão orçamentária



**BAIXE AGORA A
PUBLICAÇÃO**

Acesse o QR Code



CARTILHA DO PACTO NACIONAL DE PREVENÇÃO AOS FEMINICÍDIOS

Elaborada em parceria com a ONU Mulheres, a publicação apresenta os eixos, as diretrizes e o modelo de governança do Pacto. Também traz o contexto do problema da violência contra as mulheres e meninas no Brasil, apresentando um panorama histórico das políticas de enfrentamento à violência de gênero e uma reflexão sobre os paradigmas da prevenção.

PRODUÇÃO DE DADOS

MISOGINIA ONLINE É TEMA DE PESQUISA DO NETLAB-UFRJ E MMULHERES

Fruto da parceria, o *Observatório da Indústria da Desinformação e Violência de Gênero nas Plataformas Digitais* teve como foco as redes sociais e plataformas Facebook, Instagram, Messenger, Audience Network e YouTube, com a publicação de dois estudos:

- “Golpes, fraudes e desinformação na publicidade digital abusiva contra mulheres” identificou e classificou 1.565 anúncios publicitários dirigidos às mulheres como sendo problemáticos, irregulares ou ilegais/fraudulentos.
- “Aprenda a evitar ‘este tipo’ de mulher: estratégias discursivas e monetização da misoginia no YouTube” destaca como canais divulgam mensagens de ódio contra as mulheres e transformam a misoginia em um negócio lucrativo.



CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER - **LIGUE 180**

Desde o início de 2025, mais de 86 mil denúncias foram registradas. Em 2024, foram mais de 690 mil ligações atendidas, representando um aumento de 21,6% em relação a 2023, o que mostra que a confiança está crescendo!

Após um ano e meio de um intenso processo de reestruturação, o Ministério das Mulheres reinaugurou a nova Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 em agosto de 2024. O canal passou a atuar de forma totalmente independente ao Disque 100, da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), passando a ter novamente indicadores exclusivos. Foram implementados novos formulários de atendimento, revisão da base de informações e atualização da base de serviços, qualificação na temática de violência contra a mulher para as atendentes, garantindo assim maior precisão e eficiência no atendimento.



CAMPANHA AGOSTO LILÁS 2025

A campanha teve como foco informar, proteger e convocar a sociedade à responsabilidade coletiva, com especial atenção às mulheres em situação de violência, ampliando o conhecimento sobre os direitos garantidos pela legislação, os canais de denúncia e os serviços especializados de atendimento.

"A vida das mulheres depende de ações concretas, políticas públicas sérias e uma comunicação que acolha, oriente e proteja. O feminicídio é evitável, e o Governo Federal tem o compromisso de virar essa chave", afirma a ministra das Mulheres, Márcia Lopes

Em 7 de agosto, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) completou 19 anos. Reconhecida internacionalmente como uma das legislações mais avançadas no enfrentamento à violência contra as mulheres, a norma estabelece medidas protetivas e instrumentos legais para garantir a segurança e a dignidade das vítimas.

RETOMADA DO PRINCIPAL CANAL DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES



Atualização da base de dados sobre os tipos de violência e dos serviços que compõem a Rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência.

Lançamento do canal exclusivo no **WhatsApp: (61) 9610-0180**.

Lançamento do Painel do Ligue 180 com mapeamento de mais de 2.600 serviços de atendimento às mulheres no Brasil.

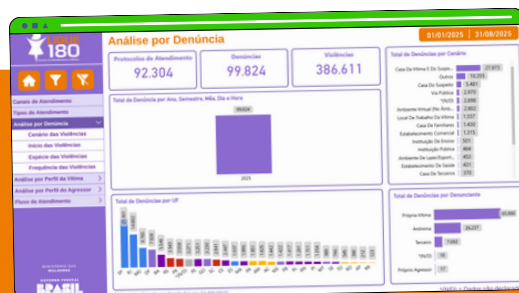
Acordo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério das Mulheres, para o recebimento e encaminhamento de denúncias de violência contra a mulher às unidades e ramos do Ministério Público brasileiro.

Ligue 180 passa a dar informações sobre o Programa Dignidade Menstrual. Atendimento prioritário para denúncias de violência contra mulheres no Rio Grande do Sul.

Projeto Chamada pelo Acolhimento: parceria com organização Serenas lança videoaulas para promover qualificação de atendentes do Ligue 180.

Inauguração da nova Central de Atendimento à Mulher em agosto 2024, com melhorias que envolvem a qualificação contínua das atendentes, apoio psicológico, atendimento em LIBRAS, canal de avaliação da rede especializada e atendimento internacional via WhatsApp para brasileiras no exterior.

Acordos de Cooperação Técnica com 12 estados para definição de novos fluxos e encaminhamento de denúncias do Ligue 180 - e mais 2 estado já em processo de assinatura!



NOVO!

PAINEL DE DADOS DO LIGUE 180

Plataforma interativa que reúne e organiza informações sobre os atendimentos realizados pela Central de Atendimento à Mulher.

CONFIRA OS DADOS ATUALIZADOS

Acesse o QR Code



PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

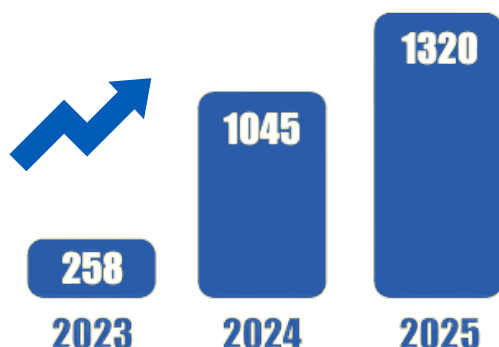
As ações de incentivo às mulheres na política e em assentos estratégicos foram intensas. Entre as iniciativas de destaque estão o crescimento do número de Secretarias e demais Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs) em todas as regiões do país. Também lançamos cursos direcionados à ampliação da participação feminina em espaços de poder e divulgamos um diagnóstico com recomendações para enfrentar a violência política de gênero.

CONFIRA!



MAIS ORGANISMOS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES EM TODAS AS REGIÕES DO PAÍS

A fim de dar mais capilaridade às políticas direcionadas às mulheres, um dos principais eixos de atuação do Ministério das Mulheres é fomentar a criação e implementação de Secretarias e demais Organismos de Políticas para as Mulheres, os chamados OPMs.



As ações desenvolvidas pelo Ministério, como a retomada dos fóruns e o investimento em editais de formação de gestoras, trouxeram um crescimento expressivo de OPMs desde 2023.

FÓRUM NACIONAL DE GESTORAS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Busca alinhar estratégias interfederativas, intersetoriais e transversais para fortalecimento e monitoramento de políticas públicas para mulheres. É também espaço de diálogo e articulação entre as gestoras. Foi criado pela portaria GM/MMulheres nº 49, de 14 de abril de 2025, que dispõe sobre a criação do Fórum Nacional de Gestoras de Políticas para as Mulheres.

OFICINAS DE PLANEJAMENTO DOS FÓRUNS ESTADUAIS

Em diálogo com as Secretarias Estaduais, realizamos três oficinas de planejamento nos estados de Minas Gerais, Amazonas e Paraná, envolvendo cerca de 500 gestoras municipais e estaduais. O programa de formação está sendo ampliado, com novas oficinas com o objetivo de alcançar ainda mais gestoras e atores estratégicos.

Atualmente, existem 17 Fóruns Estaduais de Políticas para as Mulheres constituídos, 11 deles criados em 2023 e seis, em 2024.



**mulheres e
CLIMA**

PLANO DE AÇÕES INTEGRADAS MULHERES E CLIMA

Iniciativa do Ministério das Mulheres, em articulação com outros setores do governo, que reúne as principais ações voltadas à promoção da justiça climática com perspectiva de gênero.

As mulheres são as primeiras a sentir os impactos da crise climática, mas também estão na linha de frente da adaptação, da resistência e da criação de soluções sustentáveis.

O plano consolida compromissos estratégicos do Brasil rumo à COP30, que será realizada em novembro de 2025, em Belém (PA), fortalecendo a participação das mulheres na agenda climática nacional e internacional



DIPLOMACIA POPULAR: EMERGÊNCIA CLIMÁTICA, TERRITÓRIOS E GÊNERO

Em parceria com a Universidade de Brasília e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, o Ministério das Mulheres lançou, em julho de 2025, o curso de formação "Diplomacia Popular: Emergência Climática, Territórios e Gênero". A iniciativa tem como objetivo capacitar ao menos cem mulheres para fortalecer sua atuação em espaços de decisão sobre meio ambiente e mudanças climáticas, ampliando a presença feminina nas discussões rumo à COP30.



EDITAIS, CURSOS DE FORMAÇÃO E GUIA: AÇÕES PARA FORTALECER SECRETARIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Com a soma de dois editais voltados ao fortalecimento e à estruturação de Secretarias de Mulheres, o volume total de recursos aportados alcança **R\$ 3.97 milhões**, consolidando um importante investimento no fortalecimento das políticas públicas para as mulheres em âmbito estadual e distrital. O recurso foi distribuído entre 15 estados, cada um recebendo R\$ 250 mil por proposta aprovada. Os estados beneficiados foram: Alagoas, Acre, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins.

Em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), também lançamos dois cursos voltados à ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão:

- **Curso "Gestão e Implementação de Organismos de Políticas para Mulheres":** Lançado durante o II Fórum Nacional de Gestoras de Políticas Públicas para Mulheres, o curso recebeu 9.509 inscrições e já capacitou mais de 3,4 mil mulheres.
- **Curso "O protagonismo das mulheres: passos para a atuação das mulheres nos espaços de poder e decisão".** Oferecido nas modalidades presencial e virtual, o curso é orientado por módulos temáticos, englobando Planejamento, Gestão e Áreas Temáticas, como por exemplo, Saúde, Cultura, Educação e Justiça Climática, dirigido às gestoras estaduais, municipais e equipes técnicas, visando alcançar cerca de 1 milhão de participantes. Em 2024, o curso recebeu 7.100 inscrições e capacitou 3.416 mulheres.

Com o propósito de estimular gestoras e gestores públicos a criarem e fortalecerem Secretarias de Políticas para as Mulheres (SPM) em suas cidades, a publicação aborda a importância da articulação institucional, as políticas públicas para as mulheres e, no capítulo sobre SPMs, traz todas as orientações desde o que são esses órgãos, a importância, o papel e a função até o modelo de lei para a criação da SPM e o desenvolvimento das políticas em si.

**BAIXE AGORA
A PUBLICAÇÃO**
Acesse o QR-Code



CAMPANHA MAIS MULHERES NO PODER, MAIS DEMOCRACIA

Com vistas às eleições municipais de 2024, a campanha teve como foco a ampliação da participação de mulheres, em toda sua diversidade e pluralidade, nos espaços de poder e de decisão. As peças da campanha buscaram ainda conscientizar e sensibilizar a população brasileira sobre a realidade da violência política que atinge de forma permanente as mulheres, especialmente as mulheres negras, indígenas e LBTs. Lançada durante a abertura do II Fórum Nacional de Políticas para Mulheres, a campanha contou com a divulgação de materiais informativos, como vídeos, cards para redes sociais, reportagens especiais, folder, adesivos, cartazes e cartilhas. Além de trazerem dados e informações sobre a sub-representatividade das mulheres na política, os materiais divulgam canais de denúncia e orientações, como o Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher.



A Cartilha Mais Mulheres no Poder, Mais democracia faz um resgate histórico da legislação eleitoral, traz dados sobre violência política de gênero, sobre a sub-representatividade das mulheres na política nacional e apresenta ações do governo federal para mudar este cenário. A cartilha teve o apoio da Procuradoria da Mulher do Senado, da Liderança da Bancada Feminina do Senado Federal, da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher e da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados (Coordenação de Direitos da Mulher, Procuradoria da Mulher e Observatório Nacional da Mulher na Política).

BAIXE AGORA
A PUBLICAÇÃO
[Acesse o QR-Code](#)



MULHERES LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRANS/TRAVESTIS NO PODER

Lançado em janeiro de 2024, o Grupo de Trabalho para Elaboração de Estratégias para o Enfrentamento à Violência Política de Gênero contra Mulheres Lésbicas, Bissexuais, Trans/Travestistem teve objetivo elaborar o mapeamento e diagnóstico da participação política das mulheres lésbicas, bissexuais, trans/travestis, preparar materiais de conscientização e prevenção à violência política de gênero e desenvolver estratégias para enfrentar a desinformação, *fake news* e toda a cultura de ódio cometida e propagada na internet contra mulheres LBTs.

IGUALDADE DE DECISÃO E PODER PARA AS MULHERES

Investimento de R\$ 6 milhões em mais de 60 iniciativas para alavancar a formação de mulheres

O Ministério das Mulheres, em parceria com o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e o Ministério da Igualdade Racial (MIR), lançou o **Edital de Formação para Mulheres: Igualdade de Decisão e Poder para as Mulheres**. A chamada pública selecionou **64 projetos** de formação de liderança para mulheres em seus territórios, visando contribuir para a superação da sub-representação nos espaços públicos e o enfrentamento à violência política contra elas. São ações de enfrentamento à misoginia, ao preconceito, à discriminação e ao racismo, reconhecendo o impacto que a violência política gera na saúde mental das mulheres que atuam na área, e promovendo ações de acolhimento, cuidado e manutenção da saúde mental das mulheres no exercício político.

Um diagnóstico completo para enfrentar a violência política de gênero

O relatório final do *Grupo de Trabalho Interministerial de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres* traz um amplo diagnóstico sobre como a violência política atinge mulheres que ocupam ou buscam ocupar espaços de poder e decisão, sejam elas detentoras de mandatos, candidatas, dirigentes partidárias, lideranças de movimentos sociais e sindicais, ativistas sociais, defensoras dos direitos humanos, jornalistas e influenciadoras digitais, afetando, com maior perversidade, aquelas que “são marcadas por intersecções diversas, tais como identidade de gênero, raça, etnia, religião, classe social, entre outras”, aponta o relatório. Com a coordenação do MMulheres, o GTI teve a participação de representantes dos ministérios da Igualdade Racial (MIR), dos Povos Indígenas (MPI), dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e da Presidência da República.



BAIXE AGORA
A PUBLICAÇÃO

[Acesse o QR-Code](#)



PARTICIPAÇÃO SOCIAL

No fortalecimento da democracia e na construção de políticas públicas comprometidas com a igualdade de gênero, a participação social é um eixo central da atuação do Ministério das Mulheres. Desde 2023, o órgão tem ampliado o diálogo com a sociedade civil por meio de fóruns que valorizam a escuta ativa.

Esses espaços reúnem a diversidade das vozes de mulheres brasileiras — centrais sindicais, quilombolas, catadoras de materiais recicláveis, trabalhadoras domésticas, pescadoras, marisqueiras, do campo, das águas e das florestas, além de lésbicas, bissexuais transexuais e travestis —, reafirmando o compromisso do Ministério com políticas públicas inclusivas, plurais e enraizadas nos diferentes territórios e experiências das mulheres. Destacam-se, ainda, o fortalecimento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a organização da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.



5ª CNPM

Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

MAIS DEMOCRACIA, MAIS IGUALDADE, MAIS CONQUISTAS PARA TODAS

Quase 10 anos desde a sua última edição, a 5ª CNPM é um marco da retomada da democracia e será realizada entre os dias 29 de setembro a 1º de outubro de 2025, em Brasília, firmando-se como um espaço de promoção dos diálogos com as mulheres brasileiras em suas diversidades e pluralidades. Esta edição foi construída a partir de etapas preparatórias de Conferências Livres, Municipais, Regionais, Estaduais e Distrital, selecionando mais de 3.500 representantes de todo o país para a Etapa Nacional, em Brasília.

Espaços como o da 5ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres são de absoluta importância, dado que são um ambiente democrático e estratégico para o avanço dos direitos das mulheres brasileiras, a partir do fortalecimento e ampliação das políticas para as mulheres para que possam exercer plenamente sua cidadania e garantir sua autonomia!



CNDM

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

Durante o longo período de restrições e rigor aplicado pelo governo anterior, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) manteve-se firme e atuante, e conseguiu, mesmo timidamente, ocupar o espaço de atuação e travar as lutas em conformidade com seu Regimento Interno. Atualmente, com parte de sua composição renovada para a vigência do triênio (2024/2027), vem se fortalecendo gradativamente e buscando a recomposição da rede de Conselhos da Mulher em âmbito municipal e estadual. A nova composição representa um novo ciclo de promoção da igualdade de gênero, defesa dos direitos das mulheres e o fortalecimento das políticas públicas de combate a todas as formas de discriminação e violência de gênero.

Criado em 1985, o colegiado é um órgão consultivo e deliberativo, hoje vinculado ao Ministério das Mulheres. Entre as principais ações do conselho estão: a realização da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em setembro de 2025; o acompanhamento de propostas em tramitação no Congresso Nacional, entre outras ações.



Realizada em agosto/2025 sob o tema

“MULHERES GUARDIÃS DO PLANETA PELA CURA DA TERRA”,

o encontro marcou um momento histórico de escuta e protagonismo, reunindo lideranças indígenas para discutir políticas públicas voltadas às mulheres indígenas, com base em seus territórios, saberes e experiências.

A 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas foi promovida pelo Governo Federal, por meio dos ministérios das Mulheres e dos Povos Indígenas, em parceria com a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA),

A conferência foi resultado de um processo que envolveu sete etapas regionais pelo país, reunindo mais de 700 mulheres indígenas em consultas preparatórias.



Foto: Augusto Queita Sá

FÓRUNS

Eixo central da atuação do Ministério, os fóruns ampliam o diálogo com a sociedade civil, valorizando a escuta ativa e reunindo diversidade de vozes das mulheres brasileiras, como quilombolas, pescadoras, marisqueiras, do campo, das águas, das florestas, lésbicas, transexuais e travestis. Um espaço que reforça o compromisso do Ministério com políticas públicas inclusivas e plurais.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DE DIÁLOGOS COM O SISTEMA DE JUSTIÇA SOBRE A LEI MARIA DA PENHA

Fortalecer, aprimorar e operacionalizar mecanismos de prevenção, proteção e qualificação de mulheres no acesso à justiça é o objetivo deste fórum, instituído pelo Ministério das Mulheres por meio da Portaria nº 4/2025. Os diálogos sobre a necessidade de se debater fluxos e procedimentos em medidas protetivas de urgência tiveram início em março de 2024. A expectativa é propor um protocolo de fluxo para essas medidas, assegurar às mulheres nesta situação o pleno acesso à justiça.

FÓRUM DE MULHERES DA PESCA, AQUICULTURA ARTESANAL E MARISQUEIRAS

Composto por 13 organizações representativas do segmento, promove ações para assegurar, entre outros direitos, a proteção social, a valorização da categoria e o reconhecimento do papel delas na economia e na segurança alimentar. Uma das conquistas do Fórum foi a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica “Mulheres pescando autonomia e igualdade” entre o Ministério das Mulheres e o Ministério da Pesca e Aquicultura.

FÓRUM DE MULHERES QUILOMBOLAS

Instituído em novembro de 2023, reúne representantes da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e de outros órgãos do governo federal, com a coordenação do Ministério das Mulheres. A iniciativa busca evidenciar os diversos tipos de violência que afetam essas mulheres em seus territórios para que, a partir da formulação de políticas públicas focadas nas especificidades dessa parcela da população, possamos superar todas as desigualdades de raça e gênero.

FÓRUM DE MULHERES DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS

Em março de 2025, o Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas realizou seu primeiro seminário nacional com o objetivo de revisar e propor novas diretrizes para o enfrentamento à violência vivenciada por mulheres de áreas rurais, florestais e ribeirinhas. Um dos compromissos assumidos pelo Ministério das Mulheres é a implementação de unidades móveis de atendimento a fim de superar o acesso limitado dessas mulheres a serviços públicos especializados. São vans, barcos e lanchas especialmente adaptados para ampliar o atendimento às mulheres.



FÓRUM DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS REMUNERADAS

O Fórum para Diálogo com Trabalhadoras Domésticas Remuneradas promove o diálogo sobre a participação delas no controle social; ações de formação e capacitação; estratégias para ampliar a formalização das trabalhadoras domésticas remuneradas; construção de subsídios para fomento de políticas públicas que atendam às necessidades da categoria considerando as dimensões de gênero e raça.

FÓRUM COM AS CENTRAIS SINDICAIS

Instituído em outubro de 2023, o Fórum Permanente para Diálogo de Promoção de Estratégias de Fortalecimento de Políticas Públicas de Autonomia Econômica com as Centrais Sindicais tem como objetivo fortalecer a participação das mulheres trabalhadoras no controle social das políticas. Até o momento, as discussões envolveram estratégias para a implementação da Lei de Igualdade Salarial (Lei nº 14.611/2023) por meio de negociações coletivas.



FÓRUM DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LÉSBICAS

Cabe ao Fórum para a Promoção de Estratégias para a Autonomia Econômica e Cuidado, Enfrentamento à Violência e Articulação Institucional de Políticas Públicas para Lésbicas propor ações para debater igualdade de gênero, orientação sexual e participação política nas políticas para mulheres. A iniciativa também busca debater estratégias e ações de prevenção às violências contra lésbicas e políticas de cuidado de atendimento às lésbicas, além de elaborar estudos e diagnósticos das lésbicas em seus diferentes territórios.

FÓRUM DE MULHERES CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Visa fortalecer a participação social das mulheres catadoras de materiais recicláveis; identificar o impacto socioambiental da atividade de gestão de resíduos realizada por essas trabalhadoras; construir trilhas de formação de qualificação, de gestão e de organização produtiva e socioeconômica das catadoras. O colegiado também busca discutir estratégias de financiamento e pagamentos por serviços ambientais prestados; além de debater políticas de cuidado e autonomia econômica para esse grupo.

FÓRUM DE MULHERES DO MOVIMENTO HIP-HOP

Considerando que a prática cultural Hip-Hop constitui uma forma de enfrentamento à violência, à misoginia e de promoção da igualdade, o Fórum Nacional para a Elaboração de Políticas Públicas para as Mulheres do Movimento Hip-Hop busca valorizar a diversidade das mulheres do Hip-Hop, além de incentivar práticas culturais e educativas intergeracionais. O objetivo é formular políticas públicas e campanhas pelo fim da discriminação contra a participação das mulheres no movimento Hip-Hop e pelo combate à misoginia.

PRÊMIO MULHERES NO HIP-HOP

O edital de premiação tem como objetivo reconhecer iniciativas culturais lideradas por mulheres que fortalecem a cultura Hip-Hop no Brasil. Ao todo, serão premiadas 65 iniciativas: 20 prêmios individuais de R\$ 26.250,00 para mulheres com trajetória reconhecida no movimento, e 45 prêmios de R\$ 55.000,00 para coletivos e instituições sem fins lucrativos com pelo menos dois anos de atuação no segmento.





Observatório
Brasil
da Igualdade
de Gênero



ACESSE
as publicações e
ferramentas do
Observatório

RELATÓRIO ANUAL SOCIOECONÔMICO DA MULHER - RASEAM



Produzido pelo Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (OBIG), o RASEAM traz uma **compilação descritiva e analítica das principais bases de dados e indicadores referentes ao perfil socioeconômico das mulheres brasileiras.**

A publicação fornece subsídios para a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas às mulheres nos âmbitos federal, estadual e municipal, abrangendo temas como estrutura demográfica; autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho; educação para igualdade e cidadania; saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; e a presença das mulheres no esporte.

PAINEL DE INDICADORES DO OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO REPRESENTA UM AVANÇO NO PAÍS

Lançada em outubro de 2023, a ferramenta online tem a finalidade de servir de fonte de informações qualificadas para sociedade civil, gestoras e gestores das três esferas de governo, pesquisadoras(es), jornalistas e demais pessoas interessadas em acompanhar a realidade das mulheres no Brasil.

DATAMULHERES

É uma ferramenta digital de informações desenvolvida pelo Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, por meio da Dataprev, com o objetivo de automatizar o processo de coleta, tratamento e consolidação de dados de registros administrativos e pesquisas estatísticas.

Disponibiliza um amplo conjunto de dados sobre a realidade socioeconômica das mulheres no Brasil, com informações por Unidades da Federação e municípios, servindo de apoio à tomada de decisão pelas gestoras públicas nos três níveis federativos.



PROTAGONISMO NA AGENDA INTERNACIONAL

Desde 2023, o Ministério das Mulheres tem fortalecido o papel do Brasil na defesa da igualdade de gênero no cenário global. Durante a presidência brasileira do G20, em 2024, liderou o Grupo de Trabalho de Empoderamento de Mulheres, garantindo que a voz das brasileiras estivesse no centro das principais decisões internacionais. A atuação se estendeu às Sessões da Comissão sobre a Situação da Mulher da ONU (CSW) e às Reuniões de Ministras e Altas Autoridades de Mulheres do MERCOSUL (RMAAM), consolidando a presença do país em espaços estratégicos de articulação política.

Na agenda global do clima, o Ministério marcou presença na 29ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP29) e hoje coordena o Plano de Ações Integradas Mulheres e Clima, iniciativa que fortalece o protagonismo feminino e coloca o Brasil na linha de frente dos debates rumo à COP30, em novembro de 2025, em Belém (PA).

A participação ativa na XVI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe (CEPAL), no México, reafirma o compromisso do governo brasileiro em influenciar a agenda internacional e articular alianças em defesa dos direitos das mulheres.



MAIS DIREITOS PARA AS MULHERES

Desde 2023, o Brasil tem avançado na consolidação de um marco legal mais justo e igualitário para as mulheres. Diversas leis foram sancionadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com impacto direto na vida das brasileiras. Fruto da articulação do Ministério das Mulheres com o Congresso Nacional e relações interministeriais, essas legislações representam conquistas em áreas fundamentais como o enfrentamento à violência de gênero, a promoção da igualdade no mundo do trabalho e o reconhecimento do cuidado como direito e responsabilidade compartilhada. Cada nova lei simboliza um passo firme na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e comprometida com os direitos das mulheres.

**CONFIRA A RELAÇÃO
COMPLETA NO SITE DO
MINISTÉRIO DAS
MULHERES**





-  gov.br/mulheres
-  [mmulheres](https://www.instagram.com/mmulheres)
-  [mindasmulheres](https://twitter.com/mindasmulheres)
-   [min.dasmulheres](https://www.youtube.com/min.dasmulheres)

MINISTÉRIO DAS
MULHERES

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO